

## Trabalho e ser Social

### Uma reflexão da Ontologia de György Lukács

#### (Parte II)

Maria Inês Carpi Semeghini<sup>1</sup>

**RESUMO:** Diante da fragmentação do mundo contemporâneo e da rígida divisão do trabalho científico, que tendem cada vez mais para especializações às quais os homens se subordinam, perdendo o seu caráter de integralidade, a noção de totalidade em Lukács poderia nos orientar para a busca de uma ordem harmoniosa, pautada por uma ética humano-societária centrada no mundo do trabalho e em toda atividade criadora dos homens. Entendemos, assim, que no debate atual sobre Ética e da liberdade, o estudo deste filósofo húngaro pode nos trazer uma importante contribuição, onde o trabalho é enfatizado a partir de um pressuposto ontológico. Resgatando para a abordagem filosófica a análise de um tema que abrange várias áreas do conhecimento, Lukács, reconhece que é pelo caráter de possibilidade presente na esfera do trabalho que os homens poderiam vir a romper com as amarras de todas as formas estranhas a seu gênero, na busca de novas formas de ser cada vez mais emancipadas e autônomas, conferindo, assim, um enfoque particular à liberdade.

Palavras-chave: totalidade; ética; generalidade; trabalho; liberdade.

**ABSTRACT:** Given the fragmentation of the contemporary world and the rigid division of scientific work, which tend more and more specialties to which men are subordinate, losing its character of completeness, the concept of wholeness in Lukács could guide us to seek an order smooth, guided by an ethical corporate human-centered world of work and in all creative activity of men. I therefore consider that the current debate on ethics and freedom, the study of the Hungarian philosopher can bring an important contribution, where the work is emphasized from an ontological assumption. Rescuing the philosophical approach to the analysis of a topic that covers many areas of knowledge, Lukacs, it acknowledges that the character of this possibility in the realm of work that men could come to break the bonds of all forms unrelated to their gender, seeking new ways to be more and more empowered and autonomous, thereby conferring a particular focus on freedom.

Key-words: all, ethics, general, work, freedom.

#### 1. Introdução

A análise da Ontologia de Lukács nos remete ao reconhecimento de algumas premissas que consideramos fundamentais. A primeira é o caráter polêmico de sua obra, em função da própria trajetória política e ideológica desse pensador.

<sup>1</sup> ESAGS - Escola Superior de Administração e Gestão

Afastando-se das abordagens contemporâneas e da forte tendência de outros autores em atribuir ao trabalho um lugar de menor significação entre as outras instâncias da vida social, Lukács reconhece nesta atividade o fundamento que apreende todas as manifestações do ser na esfera da sociedade, constituindo-se na categoria central para entender o homem em seu caráter de generalidade.

A emergência deste tema e das polarizações acirradas de tendências, estas e outras considerações põem em evidência, mais uma vez, a necessidade de se ampliar o debate em torno do esforço teórico deste filósofo húngaro que, a nosso ver, tão enfaticamente priorizou a mediação entre pólos antagônicos como forma de superação das alternativas postas a cada momento.

Criticado por muitos, compreendido por poucos, Lukács oferece uma produção de grande complexidade, causada pelos vários momentos de rupturas e redirecionamentos que marcaram sua vida, tanto política quanto intelectual.<sup>2</sup> Por isso, julgamos que seria necessária uma reflexão sobre o conjunto de sua obra, com o intuito de estabelecer uma possível linha de conexão no seu sistema teórico-metodológico. Sabendo, entretanto, da dificuldade de uma análise dessa natureza e sabendo também dos riscos aos quais uma análise superficial poderia nos levar, optamos pelo estudo de alguns conceitos que compõem as suas obra póstuma, *Para uma ontologia do ser social*,<sup>3</sup> que, apesar de seu caráter polêmico, no entender da maioria dos pesquisadores, é a que melhor sintetiza seu pensamento.

Por estas considerações e conscientes da provisoriedade e dos perigos que revestem toda análise de um tema em particular, dentro de uma obra tão complexa como esta, optamos pela análise de uma categoria que, para Lukács, se coloca como a fundamental para a compreensão do homem e de suas implicações na vida social: o trabalho. E é exclusivamente no capítulo dedicado a este tema, da segunda parte de sua *Ontologia*, que recai a nossa reflexão.

---

<sup>2</sup> Para um estudo da trajetória política e intelectual de Lukács, ver LÖWY, M. *A evolução política de Lukács: 1909-1929*. São Paulo: Cortez, 1998.

<sup>3</sup> LUKÁCS, G. *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*. (org. Frank Benseler) Darmstadt: Luchterhand, c 1984 - c 1986; 2 v 2ª parte. (no presente artigo, esta obra será citada apenas como *Ontologia* e sua respectiva tradução, in: Semeghini, Maria Inês Carpi, *Trabalho e Totalidade na Ontologia de Georg Lukács*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP/2000.

## II. A Gênese de um Novo Ser

Ao fundamentar o estudo do ser na sociabilidade, Lukács remete-nos à análise do trabalho como a categoria mais relevante que nos garante uma importante reflexão sobre os dados mais significativos para a construção de uma abordagem específica do ser, centrada nas imbricadas relações da vida em sociedade.

Atribuindo ao trabalho um enfoque particular na ontologia do ser social, Lukács fornece-nos uma nova orientação, no campo da investigação teórica, para compreender a problemática do homem frente à natureza e às diversas formas de sociabilidade, a partir da evolução do processo sócio-histórico.

Embora sem negar os pressupostos anteriores que fundamentaram o estudo do ser, ao considerar o trabalho como possibilidade ontológica e como o elemento-chave para a compreensão dos fatores constitutivos da sociabilidade, seu sistema teórico-metodológico se distinguirá de toda tradição filosófica, revelando-se uma nova ontologia<sup>4</sup>.

Nesta nova abordagem, reconhece em Aristóteles e Hegel uma grande contribuição, ao fornecerem os pressupostos ontológicos para compreender o trabalho em sua posição teleológica, apesar dos limites teóricos em que se basearam as suas análises:

Nenhuma destas categorias pode ser constituída adequadamente numa consideração isolada; podemos pensar aproximadamente na fetichização<sup>5</sup> da técnica que, depois de ter sido “descoberta” pelo positivismo e de ter influenciado profundamente alguns marxistas (Bukharin), tem ainda hoje um peso não desprezível, não apenas entre os cegos exaltadores da universalidade da manipulação, tão apreciada nos tempos atuais, mas também pelos seus adversários, que a combatem partindo de dogmas de uma ética abstrata.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Sobre os princípios desta ontologia, ver entrevista do próprio Lukács, de 1967. HOLZ, H. et al. *Conversando com Lukács*. 1969.

<sup>5</sup> O termo *fetichismo*, neste contexto, entende-se como o valor exagerado atribuído à técnica, o que a tornou superior ao próprio contexto de sua realização. (Observe-se que Marx utiliza o termo “fetichização da mercadoria” para designar o processo pelo qual a mercadoria, na produção, torna-se humanizada. MARX, K. *O Capital*. 1980. I p. 81.

<sup>6</sup> LUKÁCS, G. *Ontologia* p. 6 (Trad p.88-89). Sobre a crítica antipositivista de Lukács feita a Bukharin, ver Leandro Konder, *Lukács*, 1980.

É importante observar, contudo, que a noção de totalidade em Lukács tem um caráter distinto da tradição filosófica. No plano do ser social, as categorias apresentam-se numa relação recíproca, que não constitui um todo fechado, onde as atividades humanas poderiam tender para um fim determinado, trazendo em si um finalismo.

Ao atribuir ao trabalho um caráter de possibilidade que nos permite desvendar as intrincadas relações da vida humana nas diversas formas de sociabilidade, longe de determinismos, seu procedimento metodológico demonstra uma particularidade que merece ser analisada.

Considerando as formas de ser da natureza e da sociedade, Lukács observa que, na passagem de um grau de ser para outro, há um intercâmbio de matéria entre o mundo orgânico e o mundo inorgânico e o que predomina são as categorias da reprodução dos organismos. A emergência do ser social se dá numa evolução, “segundo a qual, o orgânico provém do inorgânico e a sociedade, por intermédio do trabalho, da natureza orgânica”,<sup>7</sup> orientando-se para formas cada vez mais complexas da vida social em sua completude.

Apesar de as formas naturais se constituírem como a base ineliminável da própria vida, o processo da vida social possui uma direção de desenvolvimento (*Entwicklungsrichtung*)<sup>8</sup> que orienta as formações sociais, e, nesta evolução, os seus fundamentos, em dado momento, se distinguem e se separam, em nada se assemelhando com aquelas formações naturais que lhe deram origem.

Assim, apesar de uma independência relativa, a reprodução da existência social possui um momento predominante que nada tem de natural, mas que se manifesta como forma puramente social, a qual, para Lukács, está representada pelo trabalho.

Em outro momento de sua ontologia, Lukács observa:

As formas de objetividade do ser social se desenvolvem, à medida que surge e se explicita a práxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, porém, é um processo dialético, que

---

<sup>7</sup> Em entrevista publicada em sua *Autobiografia*, Lukács esclarece que, se em *História e consciência de classe* “reconhecia apenas o ser social como ser e rejeitava a dialética da natureza”, somente mais tarde é que vai assinalar esta questão fundamental do marxismo. LUKÁCS, G. *Pensamento Vivido-Autobiografia em Diálogo*. (Trad. de Cristina Alberta Franco); *Estudos e Edições Ad Hominem*, 1999. p. 78.

<sup>8</sup> LUKÁCS, G. *Ontologia* p. 8 (Trad. p. 90). Ver também, “Os princípios ontológicos...” *Op. cit.* p. 19.

começa com um salto, com o pôr (Setzen) teleológico do trabalho, não podendo ter nenhuma analogia na natureza.<sup>9</sup>

Como instância primeira, na passagem do ser meramente biológico para o ser social, o trabalho torna-se importante elemento mediador do processo sócio-histórico, enquanto possibilidade das manifestações dos fenômenos sociais na sua particularidade e garantia da reprodução de todas as formas de existência social.

Lukács reconhece, no trabalho, o elemento mediador que põe a sociabilidade, transformando meros seres naturais em seres sociais, quando afirma que “no trabalho estão contidos *in nuce* todas as determinações que constituem a essência deste novo ser. Desse modo, o trabalho pode ser considerado como fenômeno primordial, como modelo do ser social.”<sup>10</sup>

Como partícipe da totalidade social e categoria fundante de cada momento da vida social, o trabalho somente ganha importância por permitir, em sua completude, o reconhecimento das distintas formas de relações sociais que se desenvolvem a partir e em decorrência dele mas não de forma imediata:

...não se permite exagerar, de um modo esquemático, este caráter de modelo de trabalho em relação ao agir humano em sociedade; certamente as considerações das diferenças mais importantes indica o parentesco ontológico essencial, pois igualmente se patenteia nessas diferenças que o trabalho pode servir de modelo para compreender as outras posições teleológicas sociais, porque ele é a forma primordial do ser.<sup>11</sup>

Se as sociedades mais simples trazem, já em sua gênese, como possibilidade, os elementos que constituirão as novas formas mais evoluídas de sociabilidade, as formas de ser anteriores estariam, neste processo, fornecendo o suporte ontológico que possibilitaria a emergência dos novos graus em que o novo molde do ser social se fundamentaria, caminhando para sociedades cada vez mais complexas, onde a

---

<sup>9</sup> LUKÁCS, G. “Os princípios ontológicos ...” *Op. cit.* p. 17.

<sup>10</sup> LUKÁCS, G. *Ontologia* p.10 (Trad. p. 93).

<sup>11</sup> Idem p.12 (Trad. p. 97).

finalidade do trabalho coloca-se como instância da necessidade que se estabelecerá pela vida em grupo.

No capítulo referente a Marx, da primeira parte de sua *Ontologia*, Lukács observa:

Em primeiro lugar, o ser social — em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares— pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica. Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antítese que se excluem, o que é feito por grande parte da filosofia burguesa quando se refere aos chamados “domínios do espírito”, mas, de modo igualmente nítido, a ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simplista, materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade, como era moda, por exemplo, na época do “darwinismo social.”<sup>12</sup>

Com base nos preceitos da ontologia de Marx, Lukács reconhece que o processo da vida social não se dá em uma gradual e retilínea continuidade. Na complexa relação entre natureza e sociedade, a passagem de um grau de ser para outro só se dá com uma ruptura:

Enfrentar os problemas ontológicos de modo sensato e correto significa uma mudança qualitativa e estrutural no ser, onde o grau inicial certamente contém em si determinadas pressuposições e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem desenvolver-se a partir daquela, numa simples e retilínea continuidade. Esta ruptura com a continuidade normal de desenvolvimento constitui a essência do salto, não de seu surgimento gradual ou repentino, temporal das novas formas de ser.<sup>13</sup>

Ele observa que não podemos reconhecer nenhuma forma de ser intermediária entre o animal e o homem. De fato, entre a ação instintiva dos animais, regida por leis meramente biológicas, que jamais reconhecem o sentido de suas atividades, e a dos homens, cujas ações se orientam de forma consciente, “não se pode lançar nenhuma ponte”, sendo impossível reconstruir o processo na sua totalidade.

---

<sup>12</sup> LUKÁCS, G. “Os princípios ontológicos ...” *Op. cit.* p. 17.

<sup>13</sup> LUKÁCS, G. *Ontologia* . p. 11, tradução p. 95-96.

Assim, pelo próprio caráter de salto ontológico, o que podemos ter são apenas indícios desta passagem. Seria impossível reconhecer em que instância teria ocorrido esta ruptura que teria possibilitado a emergência deste novo ser e quais os elementos que permitiram a sua gênese (*Entstehen*).

Se não se pode determinar com precisão o momento da efetiva passagem do ser orgânico para o ser social, o próprio Lukács indaga: Como podemos acentuar, no trabalho, o fundamento desta passagem, considerando-o como o elemento-chave para a sua compreensão?

A resposta estaria em reconhecer que, enquanto todas as outras categorias desta nova forma de ser, como a linguagem, cooperação, etc. “já são, conforme sua essência, caracteres puramente sociais”, o trabalho aparece como o único elemento que contém em si um caráter de passagem e que garantiria esta mudança de uma forma de ser a outra “numa relação recíproca entre sociedade e natureza”, assinalando “a passagem do ser meramente biológico para o ser social.”<sup>14</sup> Deste modo, somente a análise das concreções objetivadas pelos homens em suas realizações é que poderia nos dar a pista para compreender esta transição.

Nesta reflexão, Lukács verifica que Engels, em sua *Dialética da natureza*, nos traz importantes considerações sobre o papel que exerce o trabalho na passagem do ser orgânico para o ser social.

Em sua abordagem sobre o processo de humanização do homem, Engels nos dá a idéia precisa da importância do trabalho nesta distinção entre o homem e os animais:

Com as mãos eles pegam paus para defender-se dos seus inimigos ou pedras e frutas para bombardeá-los... O número das articulações e dos músculos, sua disposição geral estão em conformidade nos dois casos; mas a mão do selvagem mais primitivo pode realizar centenas de operações que nenhuma mão de macaco pode imitar. Nenhuma mão de macaco jamais produziu a mais rústica faca de pedra.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Idem

<sup>15</sup> ENGELS, F. *Dialektik der Natur* – (MEGA). Cf. LUKÁCS, G. *Ontologia*. p. 11. (Trad. p. 95). [“Humanização do macaco pelo trabalho”. In: *Dialética da natureza*. 1985. (Apêndice), p. 216].

Lukács considera que Engels percebe corretamente que, por mais que os animais superiores realizem operações com as mãos, nunca poderão se assemelhar aos homens. Apesar deste processo de evolução ter sido lento e gradual, não se pode desprezar, nesta passagem, a ocorrência de um salto, não no sentido orgânico, mas que, num dado momento, transcende para uma forma qualitativamente ontológica. E este salto (*Sprung*) significa, para Lukács, sempre uma mudança estrutural nas formas do ser.<sup>16</sup>

Observando as “sociedades dos animais”, Lukács percebe que, apesar de apresentarem uma certa “divisão do trabalho”, esta é fixada biologicamente. Mesmo quando se trata de animais superiores, de maior complexidade orgânica, ao buscarem soluções para problemas mais complexos apresentados pela natureza, eles o fazem instintivamente (para a defesa, a procura de alimentos ou de abrigo), numa atividade não intencional. Em situações onde demonstram uma certa capacidade para resolver alguns problemas mais complicados, sua inteligência é ainda concreta, imediata. Não devemos nos esquecer também de que, ainda nestes casos, as experiências realizadas são sempre orientadas pelo experimentador, o que dificulta uma análise correta de como seriam as reações dos animais de acordo com sua natureza mesma.

Assim, enquanto o animal busca uma adaptação à situação imediata, concreta, o homem, ao contrário, no processo de sua vida social, intervém na natureza, distanciando-se dela, pela experiência vivida, e organizando-a em uma outra totalidade, e conferindo-lhe um outro sentido, criando suas próprias formas de representação:

...o fato de que as assim chamadas sociedades animais (e também, de modo geral, a “divisão do trabalho” no reino animal) são diferenciações fixadas biologicamente, como se pode observar da melhor forma no “Estado das abelhas”. Isso mostra que, qualquer que seja a origem dessa organização, ela não possui mais nenhuma possibilidade imanente de um desenvolvimento ulterior em si e para si mesma; nada mais é que um modo particular de uma espécie animal de adaptar-se em seu próprio ambiente.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> LUKÁCS, G. *Ontologia*. p. 8 (Trad. p. 91).

<sup>17</sup> Idem p. 11, e tradução p. 96.



Portanto, se nas “sociedades dos animais” a continuidade é garantida pela reprodução dos organismos em seu fundamento biológico, nas sociedades humanas, a reprodução não se limita ao nível de sua natureza física, mas “ao contrário, a divisão gerada pelo trabalho na sociedade humana cria as suas próprias condições de reprodução da existência.”<sup>18</sup>

Lukács destaca a grande contribuição de Marx quando ele percebe que a distinção fundamental entre os homens e as espécies animais é que a atividade dos homens é livre, pois, e através dela, que as suas decisões podem orientar a sua própria existência, com autonomia.

Já em seus escritos da juventude, Marx percebe esta clara distinção entre as atividades dos animais e a dos homens que, embora pertencentes à natureza, assumem um comando em tudo o que fazem, escolhendo conscientemente os rumos de sua própria existência, dentro da particularidade do gênero humano:

O animal se identifica imediatamente com sua atividade vital, não se distingue dela: é ela. O ser humano torna sua atividade vital, ela mesma, objeto de sua vontade e de sua consciência.<sup>19</sup>

A grande contribuição de Marx foi perceber que, o ponto fundamental desta distinção está no fato de que os homens produzem sua própria existência, tanto material como social, pelas atividades de produção e reprodução, representadas pelo trabalho. Como observa em *A ideologia alemã*:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.[...] Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de

---

<sup>18</sup> Ibidem

<sup>19</sup> MARX, K. *Ökonomisch-philosophische Manuskripte*, Leipzig Reclam, 1974, p. 157-8.

manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles.<sup>20</sup>

Se nas obras da juventude de Marx, a noção do trabalho aparece como primeira expressão dessa virada na concepção materialista, em bases ontológicas, em suas obras da maturidade, estas idéias se tornarão ainda mais evidentes quando reconhece, no trabalho, a “necessidade natural eterna” da vida dos homens, como aparece na célebre passagem de *O capital*:

Nós consideramos o trabalho numa forma em que ele pertence exclusivamente ao homem. A aranha realiza operações que se assemelham às do tecelão, e a abelha envergonha alguns arquitetos humanos, ao construir as suas células de cera. Mas o que distingue, essencialmente, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele constrói a célula na sua cabeça antes que ele a faça em cera. No fim do processo de trabalho, aparece um resultado que já estava presente desde o início na representação [na mente] do trabalhador, e que, deste modo, já existia anteriormente de forma ideal. Não que ele somente efetue uma transformação da forma do natural; ele realiza no natural, ao mesmo tempo, seu próprio fim o qual ele sabe que o modo e a maneira de seu fazer se determinam como lei para a qual ele deve subordinar a sua vontade.<sup>21</sup>

Lukács reconhece, nesta elaboração feita por Marx, o ponto fundamental que põe o ser social, onde se enunciaria a categoria central do trabalho, ou seja, a posição (*Setzung*) teleológica.

Com este fundamento, Lukács enfatiza que Marx coloca a categoria ontológica central do trabalho tendo como ponto de partida o ser nas suas concretizações postas, ou seja, na efetiva realização (*Verwirklichung*) das finalidades estabelecidas anteriormente na esfera do trabalho:

Só podemos falar do ser social racionalmente se nós conceituarmos que sua gênese, a distinção de sua base, seu tornar-se autônomo dependem do trabalho, quer dizer, de uma efetivação contínua da posição teleológica..<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo, Hucitec, 1984. p. 27-28.

<sup>21</sup> MARX, K. *O Capital*. p.140. Cf. LUKÁCS, G. *Ontologia*. p.12 e tradução p. 96-97;

<sup>22</sup> Idem.p.17 e 104.

Enquanto, no animal, há um comportamento “cego”, que não visualiza uma finalidade, no homem, em todo o seu proceder, o ato é voluntário, consciente da finalidade que é posta. Sendo assim, somente através do trabalho, será possível a junção desses dois momentos: o que existe antes no pensamento, ou seja, o fim previsto ou pressuposto, que orienta a execução de qualquer tarefa, e o momento da efetiva realização dos resultados almejados.

Apesar das mediações das formas distintas de sociabilidade, o fazer prático dos homens, através deste pôr (*Setzen*) de finalidades em que se aliam ação e pensamento, vai inserir no ser material uma nova objetividade. Para se obter materialmente um projeto de pensamento, isto é, para que uma finalidade imaginada mude a realidade material, o homem deve colocar na realidade algo de material, que represente algo de qualitativamente e radicalmente novo perante a natureza.

Nesta processualidade, ao concretizar as metas estabelecidas para tornar real a sua finalidade, estará o homem cunhando, no objeto material, a marca de suas realizações. Ainda que, face a todas as mediações que deste processo possam decorrer, o caráter teleológico do trabalho manifesta-se, orientando assim o proceder humano, dando-lhe sentido a vida.

No contato com as necessidades que lhe surgem a cada momento, na busca de respostas entre as alternativas apresentadas, os homens sabem que, para alcançar aquele resultado esperado, terá que tornar real, de modo e maneira adequada, aquele fim projetado anteriormente, o que somente será possível a partir de seu fazer prático, ou seja, deste pôr (*Setzen*) de finalidades que só pode advir do processo de trabalho.

Para Lukács, será no processo de transformação de setores da natureza, aperfeiçoando dos instrumentos para a obtenção daqueles resultados esperados, que os homens poderão concretizar suas projeções, modificando a realidade objetiva que se põe a eles a cada novo momento.

Assim, somente no reconhecimento dos nexos causais das determinações que se apresentam, neste processo é que os homens poderão transformar a causalidade em causalidade posta, criando uma nova objetividade (*Gegenständlichkeit*).

Dessa forma, há a separação entre a natureza em si, posta, modificada, transformada em natureza humanizada, independentemente do sujeito que pensa e age

sobre ela. O sujeito, por sua vez, através do trabalho, passa a ter uma natureza modificada, socializada, ou seja, torna-se o homem social.

A imagem daqueles setores da natureza a ser modificada, projetada na mente do homem que trabalha, representará para ele não uma outra realidade, mas o reflexo dela, que orientará suas ações para a concretização daquele projeto de pensamento. Este reflexo (*Widerspiegelung*) tem, para Lukács, um papel decisivo na produção de sua consciência e na sua constituição como ser social:

Se nós iniciarmos, então, nossa análise com o reflexo, imediatamente encontraremos a correta separação (*Widerspiegelung*), dos objetos que existem independentemente do sujeito e dos sujeitos que podem fazer do seu próprio apropriar-se espiritual uma aproximação mais ou menos correta, através da reprodução dos atos de consciência. Esta separação tornada consciente entre sujeito e objeto é um produto necessário do processo de trabalho e, ao mesmo tempo, a base para o modo específico da existência humana.<sup>23</sup>

Por permitir, no momento da experiência, o vislumbre do todo, o trabalho tem um caráter de verificabilidade na compreensão da realidade. A compreensão do processo permite que a própria consciência deixe de ser um epifenômeno, e o homem poderá se descobrir como um novo ser pertencente a uma generalidade que se determina a partir daí:

A ultrapassagem da animalidade através do salto da humanização no trabalho e a ultrapassagem do epifenomenal da determinação apenas biológica da consciência obtêm também, com o desenvolvimento do trabalho, um desenvolvimento irresistível e uma tendência para a universalidade dominante.<sup>24</sup>

Assim, a consciência, enquanto produto sócio-histórico, não é mera passividade, nem se constitui numa reprodução mecânica da realidade social.<sup>25</sup> Afirmar que a produção da vida pautada pela esfera do trabalho é que inicia o processo da consciência não significa que esta seja passiva ou que seja um fenômeno secundário.

---

<sup>23</sup> LUKÁCS, G. *Ontologia*. p. 29, tradução p. 122.

<sup>24</sup> Idem. p. 37 e p.134.

<sup>25</sup> LUKÁCS, G. “Os princípios ontológicos...” *Op. cit.* p. 40.

Quando reconhece, no produto do trabalho humano, os projetos objetivados como resultado daquela ideação projetada, ocorre um distanciamento entre o homem e os objetos de suas aspirações. Somente neste momento é que ele pode se reconhecer como ser distinto de seu meio, num momento de separação entre sujeito e objeto:

No reflexo da realidade, substitui-se o modelo da realidade produzida coagulando-se em uma “realidade” própria na consciência. Pusemos entre aspas a palavra realidade, porque, na consciência, a realidade é meramente reproduzida; nasce uma nova forma de objetividade, mas não uma realidade, e — exatamente em sentido ontológico — não é possível que a reprodução seja da mesma natureza daquilo que ela produz e muito menos idêntica a ela. Pelo contrário, no plano ontológico, o ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos que, do ponto de vista do ser, não só estão defronte um ao outro como coisas heterogêneas, mas são até mesmo opostas: o ser e o seu reflexo na consciência.<sup>26</sup>

Neste processo, aquele fim estabelecido anteriormente pelo processo de trabalho coloca-se frente ao projeto objetivado, separando, afastando o homem do objeto de sua satisfação. O homem, assim, se objetiva, se separa, se distingue de seu meio natural, podendo então se reconhecer nas suas próprias realizações enquanto ser genérico e sujeito de sua ação, que pensa sobre o mundo e sobre si mesmo .

A importância deste enfoque está em fornecer a compreensão que, de todas as categorias, como formas de representar a vida dos homens, o trabalho seria a única, autêntica e efetiva representação no ser da sociedade, pois revela-se como a instância primordial que permitirá, numa análise posterior, a partir dos graus mais complexos da totalidade social já constituída, lançar luz sobre as etapas anteriores, possibilitando a reconstrução do processo evolutivo que deu origem a este novo ser, o ser social.

Considerando-se que a realidade que se objetiva é o resultado dos projetos humanos, vemos que estes podem nos dar a pista de como estavam dirigidas as finalidades de determinada sociedade, em dado momento histórico. Estas finalidades poderão ser compreendidas e estudadas em sua complexidade social e em sua totalidade por meio da análise das instâncias concretas da vida cotidiana, ou seja, na própria atividade de produção da existência.

---

<sup>26</sup> Lukács, Ontologia.. p.30 e tradução. p. 123-124.

No entanto, pelas particularidades das mediações presentes em todas as etapas deste processo evolutivo, as formas do ser de uma dada sociabilidade não poderão se desenvolver em todas as suas potencialidades senão quando todos os elementos estiverem prontos em suas determinações para possibilitar a emergência do novo:

Também fica aqui demonstrado que as novas formas do ser só se desdobram gradualmente e podem crescer para determinações universais reais que predominam realmente na sua própria esfera.

No salto de transição e ainda depois de muito tempo depois do salto, elas estão em constante competição com as formas inferiores do ser das quais se originaram e que – ineliminavelmente – constituem sua base material, mesmo se já se alcançou, no processo de transformação, um nível muito mais elevado<sup>27</sup>.

Assim, na evolução para formas cada vez mais complexas, quanto maior o grau de complexidade das formas de sociabilidade, maior a possibilidade de se conhecer a realidade. Dessa forma, não há conhecimento falso, mas incompleto, onde os acontecimentos sociais não permitiriam ainda uma abordagem correta.

Somente a partir dos procedimentos metodológicos utilizados por Marx,<sup>28</sup> através de uma análise *post festum*, é que se poderia remontar experimentalmente este processo. Pelas construções concretas das objetivações efetivas da vida dos homens em sua existência social é que se poderia desvendar o momento em que teria ocorrido o salto na passagem do ser preponderantemente orgânico para o ser social. Essa compreensão, no entanto, só se tornará possível quando o processo do salto deixou indicações precisas, que poderão ser recuperadas *a posteriori* e reconhecidas nas etapas posteriores do desenvolvimento da vida em sociedade.<sup>29</sup>

Desse modo, quanto mais complexa a sociabilidade mais evidentes se tornam as suas formas de representações. Portanto, somente a partir da análise das formas mais complexas, mais evoluídas da sociabilidade já constituída é que se poderá compreender as suas instâncias anteriores, pois é na totalidade do ser assim representado que

---

<sup>27</sup> Idem P. 37 e Trad. 134-135.

<sup>28</sup> LUKÁCS. “Os princípios ontológicos...” *Op. cit.* p. 22 e ss.

<sup>29</sup> É importante a referência de Lukács às observações de Marx nos *Grundrisse*, Moscou, 1939-1941, p.25-26. (Idem, p.18).

encontraremos a expressão das outras esferas da sociabilidade que se constituíram para formar o ser social.

### ***III. Pensamento e Atividade como Problema Efetivo dos Homens***

Diante das considerações de Lukács, entendemos o trabalho como o elemento que estabelece as conexões do ser em sua origem e evolução, como a forma primordial e o fator decisivo na distinção entre o homem e seu meio natural, no processo de construção das novas formas de sociabilidade que se põem a cada momento.

Ao partir da análise categorial do pensamento de Marx, Lukács, afastando-se das concepções teleológicas anteriores, reconhece no trabalho a única categoria que, por expressar uma posição teleológica, exerce um papel fundamental na vida dos homens, orientando as suas formas de existência numa evolução em processos sociais cada vez mais complexos.

Ao mesmo tempo em que transforma a natureza, o homem transforma-se em novo ser a cada instante de efetiva realização das novas finalidades estabelecidas pela esfera do trabalho.

Sobre as considerações de Marx, assim observa Leandro Konder:

Marx apontou três ‘momentos’ essenciais no processo de trabalho: “a atividade de acordo com uma meta, ou trabalho propriamente dito; seu objetivo; e seu meio”. A atividade de acordo com uma meta é a atividade *teleológica*, aquela que passa por uma antecipação do resultado visado na consciência do sujeito que pretende alcançá-lo. Sem essa experiência que lhe permite prefigurar o seu *télos* (o ponto onde quer chegar), o sujeito humano não seria sujeito, ficaria sujeitado a uma força superior à sua e permaneceria tão completamente preso a uma dinâmica objetiva como uma folha seca levada por um rio caudaloso.<sup>30</sup>

Por este caráter teleológico atribuído ao trabalho, podemos entender que, ao fixarem uma meta para a realização de seus projetos, as aspirações dos homens estarão

<sup>30</sup> KONDER, L *O futuro da filosofia da práxis...* Op. cit. p. 106.

antecedendo e orientando suas atividades na busca dos meios adequados para a realização efetiva daquele fim proposto, que agora poderá se tornar real.

Nesta perspectiva, será nos atos efetivos para a obtenção dos bens necessários à vida que poderemos buscar o reconhecimento das premissas fundamentais que vão dar significado à existência humana e à vida em sociedade.

Neste processo, as ações humanas estarão sempre fundamentadas por esta conexão entre pensamento e atividade, tendo, no trabalho, a sua melhor expressão. Sem isso, seus objetivos, suas aspirações ficam na esfera do abstrato, sem representatividade na vida efetiva material e concreta, como um sonho que não se pode realizar.

Isto não significa, no entanto, que as outras instâncias da vida social, aquelas não advindas diretamente da esfera do trabalho, tenham menor significação. Pelo contrário, Lukács ressalta o papel da subjetividade como elemento importante na dinâmica da vida social. O que ele enfatiza em sua análise é que o trabalho como momento de efetiva realização das aspirações do homem em dada situação de existência seria o único elemento capaz de explicar os seus procedimentos, através da reconstrução de seus modos de vida ao longo da evolução.

O trabalho se põe, então, como força motriz, como condutor do processo social, mas se esvai e se dilui no mundo dos fenômenos, conferindo-lhe importância singular. Ele só se expressa enquanto possibilidade de evidenciar as outras instâncias da vida social.

Assim, a linguagem, as formas de cooperação, a primeira divisão do trabalho têm sua forma de representatividade no trabalho, mas não numa relação mecânica, direta. Essas instâncias só se tornarão possíveis a partir das realizações, no mundo concreto das ações conjuntas dos homens, determinadas pelo complexo da reprodução da vida social, mediatizado pelo trabalho.

No desenvolvimento das formas de sociabilidade, embora as relações sociais tornem-se cada vez mais ramificadas, esta posição teleológica presente na esfera do trabalho será o fundamento que orientará as ações dos homens, mesmo em outros setores que não o do trabalho simples de transformação da natureza:



É claro que, na medida em que se ampliam as experiências de trabalho, surgem relações e estruturas inteiramente diferentes delas, mas isto não muda as coisas em relação ao fato de que essa distinção entre fatos imediatos e mediados — mesmo na sua existência simultânea, que implica em uma relação necessária, uma seqüência, uma precedência, uma subordinação, etc. — originou-se do trabalho.<sup>31</sup>

Nesta perspectiva as determinações presentes no mundo do trabalho serão as instâncias primeiras que possibilitarão as evidências dos fenômenos sociais em sua dinâmica social. Mas, o trabalho somente ganha importância na medida em que lança luz sobre os outros aspectos da sociabilidade e que possibilita, através da experiência concreta, a emergência do ser imanente da sociabilidade.

Neste processo evolutivo, as outras esferas da vida social tornam-se extremamente importantes para a distinção entre o homem e seu meio. Entretanto, somente o trabalho, por trazer em si desde o princípio uma diferenciação que estabelece as finalidades imediatas na vida dos homens, conserva este caráter de possibilidade que permite a permanência de determinações decisivas orientando todo o processo evolutivo mediando a práxis<sup>32</sup> social.

Se admitirmos que a emergência desta nova forma de ser pode ser explicada a partir da mediação criada pelas atividades de reprodução da vida social, podemos entender que todo proceder humano só se torna possível pela complexa relação entre teleologia e causalidade presente na esfera do trabalho.

Se, no processo de transformação simples da natureza, a decisão entre as alternativas postas estabelece-se numa relação entre homem e natureza, nas formas de vida em sociedade, entretanto, pelo enfrentamento das adversidades e pelas decisões coletivas, as relações tornam-se, cada vez mais complexas, e os homens passam a um procedimento cada vez mais socializado, independente daquela forma originária.

Mas, o trabalho, como mediador dessa relação, traz em si os elementos constitutivos do ser em formação na sua imanência, no complexo da nova constituição

<sup>31</sup> LUKÁCS, G. *Ontologia* p. 89 ( Trad. p. 129)

<sup>32</sup> Se entendermos o conceito de práxis, a partir do conceito filosófico dos gregos, constituído entre *theoria*, *poiésis* e *práxis*, esta se expressa como elemento que designava a ação do homem comum, habitantes da *pólis*. Enquanto a *theoria* e a *poiésis* revestiam-se de significados mitológicos, a práxis era o resultado da ação dos homens comuns, mortais, imperfeitos que, fora do âmbito da tutela dos deuses, ficavam com a responsabilidade de decidir politicamente o destino da “cidade”. (Cf. KONDER, L. *O futuro da filosofia da práxis...* p.128.)

do ser social, ou seja, a consciência das necessidades que a cada momento vão se estabelecendo, num processo que envolve teoria e prática. Assim, toda atividade humana sempre será retrato de expressões conscientes desses momentos de efetiva realização.

Será na relação entre teleologia e causalidade que o ser social se transforma em algo dinâmico, e a possibilidade das novas formas do ser, para Lukács, será dada a cada momento no processo de efetivação das atividades dos homens entre si, no confronto entre aquelas finalidades estabelecidas anteriormente.

Na medida em que os homens trazem, na mente, o resultado de seus objetivos já previamente estabelecido, enquanto fim, todo trabalho seria o modelo da práxis social que possibilitará operar estas posições teleológicas secundárias e que orientará as ações dos homens nesta ou naquela direção.

Se compreendemos que toda atividade humana, implica em um momento decisivo de projeto e idealização para a sua execução, segue-se que, pelos atos teleológicos inerentes ao processo de trabalho, é que se dá a possibilidade de consciência, produzindo o próprio homem enquanto ser social.

Entretanto, o fato de surgirem formas de objetividade social totalmente novas, que em nada se assemelham às formas naturais, não altera o fato de que, apenas através do pôr (*Setzen*) efetivo, socialmente objetivo, no processo de transformação da natureza para a obtenção dos valores de uso, o trabalho torna-se a base ineliminável que constituirá o complexo do ser social.

Como as ações dos homens, nessas formações sociais, tornam-se sempre mais complexas, diferentemente daquela forma originária, as posições teleológicas tomam agora outra configuração, orientando-se em relação aos procedimentos dos outros homens:

O objeto dessa posição de fim (*Zielsetzung*) secundária já não é mais algo preso à natureza, mas sim à consciência de um grupo de homens; a posição de fim já não visa mais a transformar diretamente um objeto natural, mas sim a fazer surgir, de uma posição teleológica que certamente está dirigida para objetos naturais, da mesma maneira que os meios já não são intervenções imediatas

sobre objetos naturais, mas pretendem provocar tais efeitos por parte de outras pessoas.<sup>33</sup>

Na busca de levar a consciência dos outros para aquele fim necessário à obtenção do resultado esperado, exigido pelas necessidades da vida social, os homens, através de sua ação consciente, descobrem-se como novos seres. A cada nova finalidade estabelecida, o homem estará modificando o ambiente social e, ao mesmo tempo, a si mesmo.

Diante das alternativas sempre novas, ao buscar respostas para os problemas com os quais se defrontam a cada instante os homens não criam apenas objetos sociais, mas, enquanto sujeito de suas ações, estarão se autoproduzindo como seres atuantes que percebem, pensam e agem, agora não mais em relação à natureza, mas na construção de formas cada vez mais complexas da vida social.

Assim, toda práxis contém uma posição teleológica, que orienta a ação objetiva. Estas duas dimensões interagem para formar a totalidade no processo real da vida em sociedade. Mas o ponto de partida será sempre a concreticidade do mundo efetivo dos homens.

Como vimos, pelo reflexo mais correto da realidade, na efetiva transformação de seu meio, a finalidade presente na realização de toda atividade permitirá aos homens o reconhecimento dos meios adequados, possibilitando que transformem nexos reais em nexos postos, criando uma nova forma de objetividade a cada novo momento.

Neste estado processual, a necessidade do reconhecimento das determinações para encaminharem seus projetos traz importantes significações, inclusive a própria possibilidade do conhecimento, enquanto apreensão das conexões da realidade como se apresentam na sua imediatez.

É neste momento que as alternativas se ampliam na consciência, ocorrendo, assim, uma dupla transformação. Dessa forma, num processo conjunto, a consciência e a sociabilidade vão se constituindo, recriando ou reproduzindo a realidade social onde o sujeito rompe com sua condição anterior para se tornar cada vez mais social e histórico:

<sup>33</sup> Lukács, L. Ontologia.. p. 47 e trad. p.149-150.

Trata-se do indissociável co-pertencimento de dois atos que são em si mutuamente heterogêneos, os quais, porém, nesta nova relação ontológica, constituem o verdadeiro complexo do trabalho, [...] que constroem o fundamento ontológico da práxis social e até do ser social em geral. Os dois atos heterogêneos a que nos referimos são: por um lado, o reflexo mais correto possível que se chega em consideração e, por outro lado, a posição que se liga àquelas cadeias causais que, como sabemos, são indispensáveis para a realização do pôr teleológico.<sup>34</sup>

Com esta reflexão, vemos que o trabalho, enquanto posição teleológica e elemento fundante de toda práxis social, nos permitirá estabelecer as conexões entre singularidade e generalidade, ou seja, entre ser social e totalidade, como partes distintas de um mesmo complexo: o complexo da vida social. O homem, então, passa a ser, ao mesmo tempo, indivíduo e comunidade, compreendendo-se como parte de uma generalidade.

Entender o homem como construtor de si mesmo, num mundo real, o qual é capaz de compreender, permite-nos afirmar que pensar e fazer estariam interligados numa mesma relação que se estabelece a partir da sociabilidade pautada no trabalho. Na relação de co-pertencimento entre a esfera do pensamento e a da realidade é que se evidenciará a posição teleológica do trabalho.

A humanização do sujeito só é pensada por meio de uma humanização do objeto, ou seja, com a produção humana do objeto, e este é o caráter ontológico do ser social; a existência do homem pode ser considerada como a unidade entre natureza e sociedade, e sua atividade como o resultado de sua existência social. Isto significa que, através do trabalho, o que o homem faz agora, o faz como ser genérico-universal.

Nesta abordagem, o homem passa a ser entendido como ser que é ao mesmo tempo, uno e múltiplo, gênero e indivíduo, particularidade e universalidade, subjetividade e objetividade, como dois lados de uma mesma realidade. As determinações ou indicações do processo de trabalho na sua forma originária seriam apenas o ponto de partida, mas que permanece como condutor das aspirações humanas, mediando a práxis social.

Do ponto de vista metodológico, na medida em que aparece aqui como uma unidade mediadora, o trabalho coloca-se como totalidade apenas enquanto modelo de

---

<sup>34</sup> Idem, p. 28-29, na tradução, p. 121-122.

análise numa relação dialética, e não como uma unidade absoluta, fechada em si mesma. Neste enfoque, o trabalho ganha importância ao se constituir como a forma primordial do ser, como a síntese das aspirações dos homens em seu caráter de generalidade. Somente através da análise de suas concreções ao longo da existência que o entendimento das objetivações postas pelos homens no seu processo evolutivo se tornará possível.

Como vemos, não há aqui uma evolução por pura determinação, mas o ser social está presente no devir, trazendo em si possibilidades de desenvolvimento não definidas. O máximo que podemos ter são indicações de orientação, porém nunca o estabelecimento absoluto dessas novas formas de sociabilidade. Portanto, as particularidades resultantes das ações dos homens são expressões dos momentos que se desenvolvem e evoluem em variadas combinações que não podemos determinar com precisão.

Portanto, longe de determinismos, na medida em que o processo de trabalho não segue uma linearidade e a teleologia se origina no interior e a partir dele, sendo por ele estabelecida, múltiplas possibilidades poderão surgir constituindo-se em novas formas de ser, a cada novo momento.

Podemos, assim, compreender que este não é um processo que se oriente para esta ou aquela direção, pois a totalidade garante que os dois pólos da realidade ganhem igual importância no processo da vida social. Nesta análise de Lukács, o trabalho aparece como modelo da práxis social, mas sempre entendido como construção, como direção que orientará todo o procedimento humano. Nesta concepção, sua importância é ressaltada, vale destacar, enquanto caráter de possibilidade, que por trazer em si as determinações imanentes do processo de sociabilidade pode sempre transformar o processo real da existência.

Nesta dinâmica, onde a essência é possibilidade e não algo definido anteriormente, é que o trabalho vai estabelecer a historicidade. Este só se efetivará na concreticidade do mundo dos homens ou dos fenômenos sociais.

Assim, antes de uma primazia que determina, enquanto finalidade absolutizante, a essência que aqui se constitui é elemento co-participante da processualidade social e se evidencia enquanto *continuum* do processo de desenvolvimento da sociabilidade. Nesta dinâmica, o trabalho seria, assim, o

fundamento de toda práxis social mas, apenas enquanto chave para se entender os fenômenos na sua particularidade, não lhe sendo atribuído nenhum caráter absoluto. Em seu estatuto ontológico, estaria fundamentando a processualidade da dinâmica social.<sup>35</sup>

Na concepção de Lukács não há, portanto, nenhum teleologismo, e o processo histórico não traz em si o seu fim último de forma determinada. Sendo assim, a participação entre finalidade e objetividade podem vir a se construir de diversas maneiras, de acordo com as particularidades de cada formação social.

Enquanto processo dialético, a totalidade social implica em que as partes e o todo caminhem juntas modificando-se constantemente, não havendo uma evolução linear, mas uma relação recíproca entre teleologia e causalidade. Sendo o trabalho o elemento responsável pela ruptura e continuidade no processo de vida social, trazendo em si os anseios concretizados dos homens em seus objetos produzidos, a partir de seu desdobramento, poder-se-ia analisar os elementos de suas particularidades em sua complexidade.

Ainda que esse processo se torne cada vez mais complexo, caminhando para formações sociais cada vez mais elevadas, e as relações entre os homens passem a se tornar cada vez mais ramificadas, há sempre uma ligação com a antiga forma de ser que o gerou e que conferirá as bases para a emergência do novo. Neste processo, há sempre uma ruptura e uma permanência,<sup>36</sup> e o que permanece é o seu próprio movimento, ou seja, sua própria historicidade.

Pelo próprio caráter de possibilidade diante das novas combinações que se efetuaram na complexidade da vida social, poderão surgir novas alternativas que, em primeira instância, não estavam previstas anteriormente.

Apesar de os homens orientarem o processo da vida social conferindo um sentido a sua existência a partir do trabalho, diante das novas formas de objetivações criadas por eles mesmos, estas tornam-se autônomas, tornando-se independentes e, muitas vezes, contrárias aos seus próprios objetivos.

---

<sup>35</sup> Conforme observa de Sergio Lessa: “Não há nas proposições de Lukács acerca da relação essência/fenômeno, nenhuma tendência a identificar essência e necessidade, conferindo às determinações essenciais um caráter de rígida e absoluta necessidade[...] Isto significa que entre estes dois níveis do ser se desdobra uma determinação reflexiva, na qual o fenômeno desempenha um papel ativo na determinação da essência.” LESSA, S. “Lukács: ontologia e historicidade”. In: *Revista Transformação*, 1996.

<sup>36</sup> Sobre a questão da ruptura e continuidade no pensamento de Lukács, ver suas últimas considerações em *Autobiografia - pensamento vivido*. Estudos e Edições Ad. Hominem 1999.

A finalidade posta na práxis orienta-se pelos anseios e objetos de satisfação do homem, pelo desejo de se obter uma transformação.

No entanto, este conjunto de intenções e meios utilizados para a realização de suas aspirações nem sempre correspondem à intenção inicial. No processo de produção da vida, as ações concretas dos homens ultrapassam as intenções conscientes, sempre produzindo novas alternativas e novas séries causais.

Apesar de os homens produzirem os objetos sociais, estes tomam uma positividade independente dos indivíduos. Este objeto histórico-social adquire, na dinâmica da sociedade, uma objetividade autônoma em relação ao sujeito, passando a ter vida própria, independente do sujeito. Assim, não há nesta relação nenhuma identidade entre sujeito e objeto.

O problema que aqui se apresenta é que, apesar de ter consciência das finalidades que todo projeto impõe, os homens não poderão prever os resultados ulteriores. Em contato com as novas situações que se colocam e com as novas relações causais que vão se estabelecendo, cada momento torna-se único, trazendo novas possibilidades e demonstrando-nos que, longe de determinismos, o que temos são ramificadas relações cada vez mais complexas e que só poderão ser compreendidas nas conexões advindas do mundo efetivo dos homens.

Assim, para Lukács, é possível conhecer as ramificações do processo da vida social a partir da análise das objetivações originadas pelo trabalho, porém não é possível determinar com precisão os caminhos definitivos em que estas se orientarão.

A cada nova alternativa que é colocada, para que o projeto se objetive, será necessário um conhecimento adequado da realidade para levar avante aquele resultado esperado. Neste processo, o que permanece é a possibilidade imanente da produção da consciência, ou seja, a liberdade.

#### ***IV. O Trabalho como Condição para a Liberdade***

Se o trabalho põe-se como o modelo da práxis social, devemos ter claro que esta não se reduz a ele. Apesar da importância que Lukács atribui ao trabalho,

considerando-o como forma originária do ser, que media as atividades de produção da existência social, estas não se restringem à mera prática laborativa.

Na sua forma primordial, como formador de valores de uso, o trabalho impulsiona as ações dos homens para procedimentos e atitudes que transcendem a simples atividade de transformação da natureza.

O trabalho, na concepção de Lukács, já sublinhamos, somente ganha importância na medida em que permite a interligação entre os diversos aspectos da complexidade da dinâmica social. É evidente que, enquanto condutor do processo sócio-histórico, ele tem em si, em possibilidade, o desenvolvimento ulterior dos homens em suas relações de cooperação, no momento das concretizações de suas finalidades.

No entanto, se não entendermos o trabalho como uma atividade em que o homem supera a si mesmo na prática da vida cotidiana, não podemos entender a práxis humana como um processo dinâmico, dialético, que evolui para formas que se multiplicam em suas determinações, orientando o processo da vida social, na recíproca relação entre os homens, e superando as antigas formas, para dar lugar a formas mais elevadas da existência social

Além do momento da realização daquela posição de fim (*Zielsetzung*) inerente à toda efetivação do processo de trabalho, os homens estarão cunhando nos objetos naturais sua marca social, conferindo-lhes um sentido, humanizando-os. Estarão também deixando ali a marca de seus anseios, seus afetos, suas mais altas aspirações e, em possibilidade, a sua própria condição de ser livre.

Se, pelo trabalho, os homens se distinguem dos animais, ao pressupor um projeto que antecede a realização de toda atividade consubstanciada pela consciência, vemos que o momento de decisão e escolha entre as alternativas postas pela malha de acontecimentos apresentada pela realidade mostra-se decisiva para a emergência do novo, gerando a própria historicidade.

Pelo trabalho, atividade essencialmente social, dá-se o distanciamento do homem e seu meio, e as formas de sociabilidade podem advir deste processo, como forma de representatividade deste novo ser que se originou e se transformou, mas que se superou a si mesmo e às determinações impostas a ele pela natureza, como é o caso da linguagem, principal forma de representação de seu distanciamento do mundo.



Assim, em seu fundamento ontológico, ao pressupor uma posição teleológica a todo processo de trabalho, vemos que os homens, apesar das determinações adversas da vida em sociedade, na medida em que buscam respostas às alternativas postas pelo mundo do trabalho, podem estar se produzindo enquanto seres conscientes e autônomos, responsáveis pelo seu destino.

Mas, apesar das determinações do todo social e da relação de dependência estabelecida pelas necessidades de cada momento específico que orientam as atitudes dos homens nessa ou naquela direção, Lukács reconhece que, num dado momento, a decisão e escolha entre as alternativas, como meios de trabalho para a efetivação dos fins, é um momento único e implica em um ato autônomo de ruptura do homem com o seu meio.

Assim, as formas de sociabilidade decorrentes do processo mediado pelo trabalho têm um papel decisivo sobre o momento de toda ação humana. Na medida em que a realização de todo projeto pressupõe uma escolha entre as várias alternativas que lhe são apresentadas, o trabalho joga um papel significativo sobre a decisão e a escolha individual.

Escolher é pôr valor, e toda escolha é um ato individual que implica numa avaliação subjetiva, pois resulta de uma decisão entre uma escala de valores entre as várias alternativas. Para Lukács, esta escolha é produto concreto da atividade humana:

Não podemos perder de vista, porém, que através da posição apenas uma possibilidade poderá ser alcançada no sentido da *dynamis* aristotélica; que a transformação do potencial em efetividade é um ato singular que verdadeiramente pressupõe essa transformação, mas, para este ato, coloca-se uma relação de alteridade heterogênea; este ato é exatamente a decisão que parte da alternativa.<sup>37</sup>

Se, por um lado, a finalidade coloca-se como um momento de efetiva realização daquele interesse do ser genérico-social, por outro, é este mesmo caráter de possibilidade presente na esfera da atividade humana que põe a finalidade para a escolha consciente que parte de uma decisão individual.

<sup>37</sup> LUKÁCS, G. *Ontologia*. p.53 (Trad. p. 158)

Mas o indivíduo, na concepção de Lukács, é entendido enquanto expressão do conjunto de aspirações representadas pela totalidade social. Enquanto ser genérico, comprometido com as verdadeiras necessidades do conjunto dos indivíduos que põe a sociabilidade.

Neste aspecto, não podemos conceituar o indivíduo separado da comunidade. Para Lukács, o trabalho exerce um importante papel no reconhecimento da realidade, como um momento único de autonomia<sup>38</sup> frente à totalidade social. O indivíduo, nesta perspectiva, é aquele que se tornou a representação genérico-ontológica de seu meio social face a todas as formas de representação objetivadas por ele e por outros, com a consciência da esfera da sociabilidade da qual faz parte:

O desenvolvimento do processo de trabalho, do campo de atividade, tem porém outras consequências, dessa feita indiretas: antes de mais nada, o surgimento e a explicitação da personalidade humana. Essa tem, como base inevitável, a elevação das capacidades, mas não é sua simples e linear consecução. Aliás, é possível constatar que — no desenvolvimento até agora verificado — manifesta-se inclusive, entre os dois processos, uma freqüente relação de oposição. Uma oposição que se apresenta diversamente nas diferentes etapas do desenvolvimento, mas que se aprofunda à medida que esse se torna mais elevado.<sup>39</sup>

As decisões alternativas, antes de serem a representação dos desejos individuais, serão a expressão da instância maior da forma de sociabilidade, manifestando-se na consciência das necessidades concretas da vida em sociedade. O que o homem faz agora o faz com a consciência das determinações da totalidade social.

Há aqui uma duplicidade. As necessidades da vida em grupo aliadas às particularidades das decisões individuais formam um complexo expressivo da totalidade social que leva os homens a agirem, muitas vezes, em atitudes contrárias a sua própria vontade:

---

<sup>38</sup> Se buscarmos a origem da palavra autonomia vemos que, *nomos* pode ser entendido como normas ou leis e *auto*, como aquele que decide as leis. Na verdade pode-se entender aqui que o termo autonomia não significa negar as leis, mas antes a capacidade de refletir sobre elas, decidir para orientar suas ações

<sup>39</sup> LUKÁCS, G. *As bases ontológicas...* Op. cit p.15

Toda práxis social, se consubstanciarmos o trabalho como seu modelo, contém em si esse caráter contraditório. Por um lado, a práxis é uma decisão entre alternativas, já que todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não. Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras. A necessidade social só se pode afirmar por meio da pressão que exerce sobre os indivíduos (frequentemente de maneira anônima), a fim de que as decisões deles tenham uma determinada orientação.<sup>40</sup>

Embora a essência do trabalho permaneça, garantindo o processo de continuidade, ele mesmo seria o elemento que traria em si a condição, como possibilidade, para a ruptura com as formas anteriores, e a emergência de outras, sempre novas, levando os homens a se reconhecerem nas suas próprias objetivações, tornando-se autônomos e livres das amarras que os prendiam às formas de existência anterior:

Aqui, quando o trabalho é realizado num sentido ainda mais próprio, descobre-se a alternativa ainda mais claramente em sua verdadeira essência: não é apenas um único ato de decisão, mas um processo, um ininterrupto elo temporal de alternativas sempre novas.<sup>41</sup>

Os homens, ao mesmo tempo em que estão submetidos a determinadas condições de existência, de acordo com os nexos causais que vão se apresentando a cada instante, que a natureza e mais tarde a sociedade lhes impõem, vão criando novos momentos da vida social.

Neste complexo, devemos reconhecer que o que torna o homem verdadeiramente humano seria a sua própria capacidade de se destacar enquanto generalidade, representante da complexidade social, rompendo as barreiras das formas anteriores de existência, apropriando-se das novas objetivações criadas anteriormente, elevando-se do todo social e caminhando para formas de ser cada vez mais emancipadas e autônomas.

A importância desta concepção, como o próprio Lukács assinala, é entender que:

---

<sup>40</sup> Idem, p. 6.

<sup>41</sup> LUKÁCS, G.. *Ontologia*. p.35 (Trad. p.131-132)

...o homem, como produtor e produto da sociedade, realiza em seu ser-homem algo mais elevado que ser simplesmente exemplar gênero abstrato, que o gênero nesse nível ontológico, no nível do ser social desenvolvido — não é mais uma mera generalização à qual os vários exemplares se ligam “mudamente” ; é mostrar que estes, ao contrário, elevam-se até o ponto de adquirirem uma voz cada vez mais claramente articulada, até alcançarem a síntese ontológico-social de sua singularidade, convertida em individualidade, com o gênero humano, convertido neles, por sua vez consciente de si.<sup>42</sup>

Diante das determinações que impõem aos homens condições adversas para a realização de seus projetos, o trabalho supõe um enfrentamento com tais adversidades, o que possibilitaria uma escolha consciente, num ponto de sua história única e eivada de autonomia, frente ao todo social. Embora haja determinações impostas pelas condições da natureza ou mesmo a partir das formas de sociabilidade e suas relações determinando a conduta dos homens, a decisão definitiva é dada por um ato de liberdade.

Neste enfoque particular, antes de se expressar como uma atividade castradora, limitadora, como é visto em outras concepções, o trabalho aparece aqui como o elemento indispensável para a construção do novo homem, consciente de sua condição social e livre para ser indivíduo em conformidade com a generalidade a qual representa, realizando uma articulação entre necessidade e possibilidade e orientando-se para formas cada vez mais libertárias de ser.

Para Lukács, entretanto, a liberdade não se restringe ao campo da individualidade. A escolha entre alternativas não se resume, como ele assinala, a uma mera afirmação casual do “sim” ou do “não. Toda decisão está relacionada a um conjunto de valores, orientado pelo conjunto da sociedade em dado momento histórico.

Fora do plano social, não há liberdade. A escolha é livre e autônoma, mas obedece a uma série de determinações que emergem das formas de sociabilidade.

Assim, toda escolha, consciente ou não, é resultado das representações da totalidade social. O ser social ao agir estará refletindo o conjunto das necessidades de seu gênero, de seu sistema de valoração, anteriormente determinado pelas necessidades histórico-sociais.

---

<sup>42</sup> LUKÁCS, G. *As bases ontológicas...* Op. cit. p.14

Toda escolha de valor é orientada pela concretude posta pela posição teleológica. Ou seja, no conjunto de alternativas, a escolha desta ou daquela depende do grau de consciência mais ou menos orientado para aquela que se apresenta mais próxima da esfera das necessidades sociais. Portanto, o desenvolvimento econômico é o ponto de decisão para toda a evolução e mudança social.

Neste contexto, há um *continuum* de valores e, apesar da renovação ininterrupta deste processo, os valores tornam-se partes contínuas do complexo do ser social, permanecendo nele, e sendo elementos responsáveis pela sua reprodução.

Evidencia-se aí o caráter ontológico do trabalho. Somente pelos atos teleológicos presentes na esfera das atividades práticas dos homens é que se poderá estabelecer uma continuidade deste sistema de valores de uma dada forma de sociabilidade à outra.

Aqueles valores que permanecem a partir da escolha entre alternativas, cuja decisão foi orientada por este sistema de valoração, é que serão responsáveis pela permanência dos elementos constitutivos da reprodução do ser social.

No entanto, a escolha das decisões não ocorre ao acaso. Há um fundamento que a orienta. Este fundamento é dado pelo caráter objetivo social. É o conjunto do complexo social que orientará esta decisão. O sistema de valoração, por sua vez, é produto da sociabilidade, onde ele se realiza e se efetiva.

Marx já advertia que a liberdade não é ausência de determinações, mas que ela se exprime exatamente pelo conhecimento delas, possibilitando aos homens dominá-las, dirigi-las para o fim ao qual pretendem.

A liberdade pode ser entendida, assim, como o conhecimento das reais necessidades do homem ou capacidade de compreender os próprios limites.

Estas considerações, adverte Lukács, levam-nos a reflexão de outra importante questão: a do dever. Nas sociedades onde o dever não é orientado pelas reais necessidades sociais, as desigualdades sociais não possibilitam aos homens uma autêntica liberdade, pois, esta somente poderia florescer na livre expressão das diferenças individuais, respeitadas no seu conjunto e na adequação à sua generalidade.

Nesta concepção, a liberdade não pode ser expressão abstrata de algo que exista no imaginário, desvinculada das determinações que orientam a conduta dos homens em suas efetivas necessidades sociais:

De fato, uma liberdade que não seja enraizada na sociabilidade do homem, que não se desenvolva a partir de um salto para fora dela, é um fantasma. Se o homem não tivesse criado a si mesmo, no trabalho e através do trabalho, como essência do gênero social, se a liberdade não fosse fruto da sua atividade, do seu domínio próprio sobre a sua própria constituição orgânica, não poderia haver nenhuma liberdade real. A liberdade obtida no trabalho originário era, por sua natureza primitiva, limitada; isto não altera o fato de que também a liberdade mais alta e espiritualizada deve ser conquistada com os mesmos métodos com que se conquistou aquela do trabalho mais inicial e que o seu resultado, não importa o grau de consciência, tem, em última análise, o mesmo conteúdo: o domínio do indivíduo genérico sobre a sua própria singularidade particular, meramente natural. Julgamos que, neste sentido, o trabalho pode ser entendido como modelo de toda liberdade.<sup>43</sup>

Diante destas observações, compreendemos que a liberdade não advém de um sistema categorial abstratamente representado, mas determina-se pela efetividade do mundo concreto dos homens. Assim, o caráter ontológico do trabalho evidencia também o caráter ontológico da liberdade.

Se as condições reais de existência condicionam o desenvolvimento da vida social, política e espiritual, as expressões da consciência humana e também a moral só podem ser o reflexo das expressões dos homens em suas relações com os outros homens, na construção de sua vida em sociedade. Os modos de consciência mudam conforme mudam as necessidades para a produção da vida.

Assim, diferentemente das outras concepções onde a moral se orienta para valores universais que ultrapassam os limites da experiência concreta, Lukács, assim como Marx, recupera o homem concreto, no lugar determinado e em época determinada.

Opondo-se às concepções que buscam a resolução da problemática da existência humana pelos preceitos morais, religiosos ou metafísicos, para Lukács, as

---

<sup>43</sup> LUKÁCS, G. *Ontologia* p. 163 (Trad. p. 249-250).

condições reais da sua vida concreta é que pode conferir um sentido real à existência dos homens conferindo-lhes um posicionamento perante o seu meio e perante a si mesmo possibilitando uma ética fundamentada nas efetivas necessidades da vida social.

#### ***IV. Considerações Finais***

Nestas considerações de Lukács, entendemos que, apesar das determinações adversas da vida em sociedade, os homens, ao buscarem respostas às alternativas postas pela malha dos acontecimentos da dinâmica da sociedade, podem estar criando novas formas de existência social a cada novo momento e produzindo a si mesmos enquanto seres conscientes e ativos.

Por esta abordagem, entendemos que é em um processo teleológico, no confronto com as objetivações resultantes das ações dos próprios indivíduos, enquanto seres representantes de uma totalidade, que os homens poderão estabelecer uma nova realidade, criando formas de sociabilidade cada vez mais emancipadas, caminhando para as esferas mais elevadas do ser.

Entretanto, com o desenvolvimento das capacidades que se multiplicam nas sociedades mais complexas, a diferenciação das possibilidades que poderiam tornar cada vez mais elevadas as condições de apreensão dos nexos necessários a uma adequada transformação social mostra que as condições adversas se apresentam mais nitidamente como obstáculos para o florescimento destas formas mais elevadas da vida humana e que, além de se constituírem como obstáculo para o devir da personalidade, ainda se tornam cada vez mais, veículo para a sua alienação.

Mas o vínculo entre a liberdade e sua base sócio-material é percebido claramente quando entendemos que esta não provém de nenhuma categoria abstrata, mas que é produto da própria atividade humana. Assim, o trabalho enquanto atividade criadora, por permitir a dilatação das oportunidades de decisões de modo contínuo e, por consequência, por ampliar o número de decisões entre as variadas e diferentes alternativas, traria em si a possibilidade de superação das esferas inferiores que prendem os homens a circunstâncias adversas às suas próprias potencialidades.

Sabemos, no entanto, que uma real transformação do “reino da necessidade” para o “reino da liberdade” implica, como queria Marx, em que somente quando o

trabalho for uma atividade amplamente dominada pela humanidade e quando não representar apenas “meio de vida”, mas o “primeiro carecimento de vida”, somente quando “a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução”, somente neste momento é que “estará aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo.”<sup>44</sup>

A construção deste novo homem, consciente de sua condição social e livre para ser indivíduo em conformidade com a sua generalidade a qual representa, só seria possível, em seu fundamento ontológico, por esta possibilidade imanente de se auto-construir como ser consciente e autônomo.

Esta possibilidade estaria em reconhecer que o trabalho, enquanto expressão maior da práxis humana, recuperada no sentido em que Marx a empregou, poderia ser entendido, em nossos tempos, como a posição necessária do homem atual, desafiado a cada novo momento de sua existência pela luta incessante por sobrevivência, desamparado das suas antigas instituições, confuso em suas decisões e alternativas, mas, talvez por isso mesmo, livre para decidir sobre os rumos de sua própria existência.

#### **V. Bibliografia**

ANTUNES, R. *Rebeldia do trabalho*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

\_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Cortez, 1995.

ANTUNES, R. e REGO, W. L. (organizadores). *Lukács - Um Galileu no século XX*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 1996.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Edição trilingüe por Valentín García Yebra. 2ª ed. Madri: Editorial Gredos, 1990.

\_\_\_\_\_. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Os Pensadores).

ARANTES, P. E. *Hegel — a ordem do tempo*. São Paulo: Polis, 1981.

ARMELLA, V. A. *El concepto de técnica, arte y producción en la filosofía de Aristóteles*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BEDESCHI, G. *Introduzione a Lukács*. Roma: Editori Laterza, 1995..

---

<sup>44</sup> LUKÁCS, G. *As bases...* Op. cit... p.16



- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista* — a degradação do trabalho no século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro, 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- BRENTANO, F. *Von der Mannigfachen Bedeutung des Seienden nach Aristoteles*. Freiburg Breisgan: Georg Olms, Verlagsbuchhandlung Hildeshein, 1960.
- CARLEIAL, L. M. F. “Racionalidade e trabalho, uma crítica a André Gorz” in São Paulo em Perspectiva, 8 (1): janeiro/março 1994, p. 64-74.
- DE MASI, D. *Desenvolvimento sem trabalho*. Trad. Eugênia Deheinzelin. São Paulo: Esfera, 1999.
- DELEUSE, G. *A filosofia crítica de Kant*. Trad. Germiniano Franco. Lisboa: Edições 70, 1994.
- ENGELS, F. *Dialética da natureza*. Prólogo de J. B. S. Hakdabe, 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Pensamento Crítico).
- FREDERICO, C. *O Jovem Marx* — 1843-44: as origens da ontologia do ser social. São Paulo: Cortez, 1995.
- GAGNEBIN, J. M. “Lukács e a crítica da cultura” In: *Lukács: um Galileu no século XX*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 1996.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado (para além do socialismo)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- HARTMANN, N. “Realismo crítico”. In: STEGMÜLLER, W. A. *Filosofia contemporânea*. Trad. Estevão Resende de Matos. São Paulo: EDUSP, vol. I, 1977.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Trad. Paulo Menezes. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HEIDEGGER, M. *La fenomenologia del espíritu de Hegel*. Madri: Aliança Editorial, vol. 32, 1992.
- HELLER A. et alli. “Annotazione sull ontologia per il compagno Lukács”. In *Rev. Aut-Aut* n. 157-8. Roma: Riuniti, 1977.
- HELLER, A. *Lukács reappraised*. New York: Columbia University Press, 1983.
- KANT, I. *Crítica do juízo*, Trad. Valério Rohden e Antônio Marques. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

- \_\_\_\_\_. *Crítica da razão pura*. Trad. Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- KONDER, L. *Lukács*. Porto Alegre: L & PM Editores, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O futuro da filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LALANDE, A. *Vocabulaire Technique et critique de la Philosophie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1962.
- LESSA, S. A centralidade do trabalho na ontologia de Lukács. tese (Doutorado) Unicamp, 1994. \_\_\_\_\_. *Sociabilidade e individuação*. Maceió: Edufal, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A ontologia de Lukács*. 2ª ed. Maceió: Edufal, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Lukács: ontologia e historicidade”. Rev. *Trans/forma/ção*, n. 19, São Paulo: Unesp, 1996, p. 87-101
- LESSA FILHO, S. A. “Lukács, Engels e Hegel e a categoria da negação”. Rev. *Ensaio* 17/18. São Paulo: Ensaio, 1981.
- LÖWY, M. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários — a evolução política de Lukács: (1909-1929)*. Trad. Heloisa H. A. Mello e Agostinho Ferreira Martins. São Paulo: Cortez, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Romantismo e messianismo*. Trad. Myriam V. Baptista e Magdalena P. Baptista. São Paulo: EDUSP, 1990. (Coleção Debates).
- LUKÁCS, G. *Teoria do Romance*. Trad. Alfredo Margando. Lisboa: Editorial Presença, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Der Junge Hegel*. Berlim: Luchterhand, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Conversando com Lukács*. (Entrevista concedida a HOLZ, H. H. KOFLER, L. ABENDROTH, W.) Trad. de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LUKÁCS, G. *Il giovane Marx*. Roma: Riuniti, 1978.
- \_\_\_\_\_. “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem”. Trad. Carlos Nelson Coutinho. In *Temas de ciências humanas* n. 04. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Introdução a uma estética marxista — sobre a categoria da particularidade*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Ontologia do ser social; a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.

- \_\_\_\_\_. *Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. “A ontologia de Marx: — questões metodológicas preliminares”. In NETTO, J. P. (org.) *Lukács: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; 20)
- \_\_\_\_\_. *Per l'ontologia dell'essere sociale*. Trad. Alberto Scarponi. Roma: Riuniti, vol. II, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Estética I — La peculiaridad de lo estético*. Trad. Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, vol. 3, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Diário 1910-1911 — Y otros inéditos de Juventud*. Trad. Peter J. Brachfeld. Barcelona: Ediciones Península, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*. (Org. Frank Benseler). Darmstadt: Luchterhand, c1984-c1986: 2v.
- \_\_\_\_\_. *História e consciência de classe*. Trad. Telma Porto. (Estudos da dialética marxista). Porto: Publicações Escorpião, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Prolegomini all' ontologia dell'essere sociale*. Milão: Ed. Angelo Guerini e Associati, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Pensamento vivido — autobiografia em diálogo*. São Paulo/ Viçosa. Estudos e Edições Ad-Hominem/Ed. UFV, 1999.
- MAAR, W. L. “A reificação como realidade social” In: *Lukács- um Galileu no século XX*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editora, 1996.
- MARKUS, G. *Teoria do conhecimento no jovem Marx*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Livro Primeiro, vol. I e II
- \_\_\_\_\_. *Miséria da filosofia*. Trad. J. Silva Dias e Maria Carvalho Torres. 2ª ed. Porto: Escorpião, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Elementos fundamentais para la crítica de la Economía Política — Borrador: 1857/58* 16ª ed. (Grundrisse) B. Aires: Siglo XXI, vol. I, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844*. Lisboa: Avante, 1993 (terceiro manuscrito) p 85-152.
- \_\_\_\_\_. *Ökonomisch-philosophische Manuskripte*, Leipzig Reclam, 1974.
- MARX, K e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. Jose Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 4ª ed. São Paulo, Hucitec, 1984.

- MÉSZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciência social (ensaios de negação e afirmação)*. Trad. Laboratório de Tradução do CENEX/FALE/UFMG. São Paulo: Ensaio, 1993.
- \_\_\_\_\_. "A ordem do capital no metabolismo social da reprodução". Trad. Lucio Flávio R. de Almeida. São Paulo/Viçosa: *Estudos e Edições Ad Hominem* / Editora UFV, n.1 1999.
- NETTO, J. P. (org.). "Lukács e a problemática cultural da era stalinista". Rev. *Temas de ciências humanas* n.6. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Lukács*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992. (Coleção Grandes Cientistas Sociais-20).
- \_\_\_\_\_. *G. Lukács, o guerreiro sem repouso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- OFFE, C. "Trabalho: a categoria-chave da sociologia?" Trad. Lucia Hippolito. In *RBCS* n. 10 vol 4 jun. de 1989.
- SCHELLING, F. W. J. *A Essência da liberdade humana — Investigações filosóficas sobre a essência da liberdade humana e das questões conexas*. Trad. Márcia C. de Sá Cavalcante. Petrópolis: Vozes, 1991.
- TEIXEIRA, P. T. F. "A individualidade humana na obra marxiana de 1843 a 1848". São Paulo/Viçosa: *Ensaio Ad.Hominem*/Editora UFV, n. 1. 1999.
- TERTULIAN, N. *Introduzione a Lukács - prolegomini all' ontologia dell'essere sociale*. Milão: Ed. Guerini e Associati, 1990.
- \_\_\_\_\_. "O grande projeto da ética". Trad. Lúcio Flávio R. de Almeida. São Paulo/Viçosa: *Ensaio Ad Hominem* / Editora da UFV, n. 1. 1999.
- VAISMAN, E. *O problema da ideologia na ontologia de Lukács*. Dissertação (Mestrado). Paraíba: UFPB, 1986.
- \_\_\_\_\_. "A Ideologia e sua determinação ontológica". *Revista Ensaio* 17/18. São Paulo: Ed. Ensaio, 1989.